
**ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO Nº
9 / 2014 . CELEBRADO ENTRE A UNI-
VERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA E A FACULTAD POLI-
TÉCNICA DA UNIVERSIDAD NACIONAL DE
ASUNCIÓN.**

Publicado no Diário Oficial da União nº 224, de 19/11/2014, Seção 3, página 18,
acessível no endereço www.in.gov.br.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na Avenida Silvio Américo Sasdeli, nº 1842, Edifício Comercial Lorivo, Vila A, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, doravante denominada **UNILA**, neste ato representada pelo seu Reitor *Pro tempore* em exercício Professor **Dr. Nielsen de Paula Pires**, nomeado conforme Portaria nº 074, de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2013, Seção 2, Página 11, do Ministério de Educação e a **FACULTAD POLITÉCNICA DA UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN**, doravante denominada **FP-UNA**, neste ato representada por seu Decano, **Prof. MS. Abel Concepción Bernal Castillo**, proclamado Decano da FP-UNA, no período 2011-2016, pela Resolução 1386/2011 da Reitoria da Universidad Nacional de Asunción, de 02 de agosto de 2011, adiante denominadas as Partes.



Considerando I: Que a UNILA tem por missão contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos.



Considerando II: Que a Facultad Politécnica da Universidad Nacional de Asunción é uma unidade acadêmica dedicada à formação de profissionais, à pesquisa científica, tecnológica e inovação, assim como à extensão universitária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e ao fortalecimento da cooperação internacional acadêmica, em suas áreas de atuação.



Considerando III: Que a cooperação entre as duas instituições contribuirá para a geração e disseminação do conhecimento, e para o desenvolvimento das atividades científicas e culturais relacionadas com os processos de integração da América Latina;

Considerando IV: Que a cooperação trará benefícios mútuos, servindo como um indicador de interesse contínuo em promover o ensino e os avanços científicos e pedagógicos nas instituições partes.

RESOLVEM assinar o presente **Acordo Marco de Cooperação** visando objetivos e tarefas comuns, de acordo com o disposto nas cláusulas e nas condições seguintes:

DO OBJETIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Acordo tem como objeto estimular e implementar programas de cooperação capazes de promover o desenvolvimento acadêmico, técnico-científico e cultural nas áreas de interesse comum, dentro de seus limites e competências e em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países e com as Normas de Direito Internacional.

§ 1º – As partes promoverão ações que possibilitem a transferência de conhecimentos e experiências e/ou qualquer outra atividade de interesse comum relacionada a ensino, pesquisa e extensão, administração universitária e capacitação de recursos humanos, incluindo o intercâmbio de docentes, alunos e técnico-administrativos.

§ 2º – As atividades realizadas na consecução dos objetivos deste Acordo serão formalizadas por correspondência oficial entre as partes, onde serão detalhadas as obrigações assumidas e obrigatoriamente farão referência a este Acordo.

DAS FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE CADA PARTE

CLÁUSULA SEGUNDA - A cooperação empreendida em decorrência do presente Acordo será baseada na participação conjunta das instituições e com base na reciprocidade e na equivalência de ações, com o propósito de acelerar e assegurar a expansão qualitativa e quantitativa no ensino superior e na pesquisa científica e tecnológica. As ações poderão incluir:

- a) Intercâmbio de Professores – com a apresentação por escrito de credenciais, atividades propostas e uma carta convite;
- b) Intercâmbio de Alunos – com a apresentação de credenciais, formulários preenchidos e uma carta de aceitação da instituição de destino;

-
- c) Intercâmbio de Pessoal Técnico-administrativo – com a apresentação por escrito de credenciais, atividades propostas e uma carta convite;
 - d) Pesquisa Conjunta – com base em proposta(s) específica(s), qualificação dos participantes, aprovação das instituições e apoio de outras fontes financiadoras;
 - e) Uso de Instalações – uso de laboratórios, equipamentos e acervo bibliográfico, envolvendo programas estabelecidos em função de interesses comuns;
 - f) Outras Ações em Cooperação – ações não expressas aqui, entretanto, consideradas relevantes no futuro por ambas as instituições envolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - Para orientar as atividades decorrentes deste Acordo, cada parte indicará um coordenador responsável pelo Acordo de Cooperação, podendo ser designados subcoordenadores para cada atividade específica, quando julgar necessário.

CLÁUSULA QUARTA - Ambas as instituições concordam que a intensidade e o tipo de cooperação prática está restrita aos recursos financeiros de cada instituição. Nesse sentido, o planejamento programático será adotado em função dessas restrições.

CLÁUSULA QUINTA - Todas as apresentações e publicações formais resultantes de colaboração entre as duas instituições sob os termos e condições deste Acordo devem fazer remissão a este instrumento.

Parágrafo Único - Os resultados e metodologias, bem como as inovações técnicas que poderão ser obtidas em decorrência da execução dos projetos específicos a partir deste Acordo de Cooperação serão formalizados através de cláusula específica em cada instrumento a ser redigido, levando-se em consideração os termos das Leis de Propriedade Industrial e de Propriedade Intelectual de cada país.

DA APLICAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - Cada programa/projeto será executado de acordo com Plano de Trabalho específico, formulado em conjunto entre as instituições signatárias, contendo cronograma detalhado, previsão de recursos e demais disposições que manifestem a viabilidade de execução.

§ 1º – Os aludidos planos de trabalho deverão conter, conforme inscrito no §1º do Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 da República Federativa do Brasil, e na normativa correspondente da República do Paraguai, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) A identificação do objeto a ser executado;
- b) As metas a serem atingidas;
- c) As fases de execução das atividades;
- d) O plano de aplicação de recursos financeiros;
- e) O cronograma de desembolso;
- f) O cronograma de execução.

§ 2º - Finalizadas as atividades propostas no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado um relatório de retroalimentação, demonstrando os resultados obtidos e os impactos efetivamente gerados.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA - Imediatamente após a assinatura do presente instrumento, caberá à UNILA proceder à publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União, no prazo estabelecidos no parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

DA VIGÊNCIA

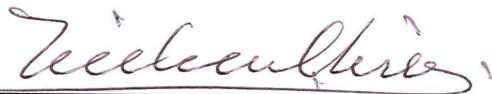
CLÁUSULA OITAVA - O presente Acordo Marco de Cooperação terá duração de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, devidamente demonstrado, mediante termo aditivo, com a prévia anuência das partícipes, caso não for por eles cancelado, e entrará em vigor na data de sua assinatura.

DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

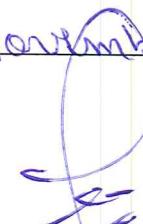
CLÁUSULA NONA - As partes manifestam que o presente Acordo é produto de boa fé, motivo pelo qual realizarão todas as ações possíveis para o seu devido cumprimento. Comprometem-se a solucionar amigavelmente suas diferenças através de seus representantes institucionais e técnicos. No caso de não ser possível chegar a um acordo, se estabelecerá um corpo de árbitros composto por um membro designado por cada uma das Universidades que assinam este instrumento e por um membro eleito por mútuo acordo.

E, por estarem justas e accordadas, as partes firmam o presente Acordo de Cooperação em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, duas em idioma português e duas em idioma espanhol, para o mesmo fim.

Foz do Iguaçu, em 14 de Novembro de 2014.



Prof. Dr. Nielsen de Paula Pires
Reitor *Pro Tempore* em exercício
Universidade Federal da Integração Latino-Americana



Prof. MS. Abel Bernal Castillo
Decano
Facultad Politécnica da
Universidad Nacional de Asunción

**ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN N°
9 / 2014 . CELEBRADO ENTRE LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN
LATINOAMERICANA Y LA FACULTAD
POLITÉCNICA DE LA UNIVERSIDAD
NACIONAL DE ASUNCIÓN.**

Publicado en el *Diário Oficial da União* nº 224, de 19 / 11 / 2014, Sección 3, página 78, accesible en la dirección www.in.gov.br.

La **UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA**, autarquía vinculada al Ministerio da Educación de Brasil, con sede en la ciudad de Foz de Iguazú, Estado de Paraná, en la Avenida Silvio Américo Sasdeli, nº 1842, Edificio Comercial Lorivo, Vila A, inscrita en el CNPJ con el nº 11.806.275/0001-33, en adelante denominada **UNILA**, representada en este acto por su Rector *Pro tempore* en ejercicio, Profesor **Dr. Nielsen de Paula Pires**, nombrado conforme a la Portaría nº 074, de 2013, publicada en el *Diário Oficial da União* de 30 de enero de 2013, Sección 2, Página 11, del Ministerio de Educación y la **FACULTAD POLITÉCNICA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN**, en adelante denominada **FP-UNA**, en este acto representada por su Decano, **Prof. MS. Abel Concepción Bernal Castillo**, proclamado como Decano de la FP-UNA por el período 2011-2016, mediante la Resolución 1386/2011 del Rectorado de la Universidad Nacional de Asunción, de fecha 2 de agosto de 2011 , en adelante denominadas las Partes.

Considerando I: Que la UNILA tiene por misión contribuir a la integración solidaria y la construcción, en América Latina y el Caribe, de sociedades más justas, con equidad económica y social, por medio del conocimiento compartido y la generación, transmisión, difusión y aplicación de conocimientos producidos por la enseñanza, investigación y extensión, de forma indisociable, integrados en la formación de ciudadanos para el ejercicio académico y profesional y dedicados a la búsqueda de soluciones democráticas para los problemas latinoamericanos.

Considerando II Que la Facultad Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción es una unidad académica que está dedicada a la formación de profesionales, a la investigación científica, tecnológica e innovación, así como a la extensión universitaria, contribuyendo para el desarrollo sostenible del país y al fortalecimiento de la cooperación internacional académica, en sus áreas de actuación.

Considerando III: Que la cooperación entre las dos instituciones contribuirá a la generación y diseminación del conocimiento y al desarrollo de las actividades científicas y culturales relacionadas con los procesos de integración de América Latina;

Considerando IV: Que la cooperación traerá beneficios mutuos, sirviendo como un indicador de interés continuo en promover la enseñanza y los avances científicos y pedagógicos en las instituciones partes.

DECIDEN firmar el presente **Acuerdo Marco de Cooperación** teniendo en cuenta objetivos y tareas comunes, de acuerdo con lo dispuesto en las cláusulas y condiciones relacionadas a continuación:

DEL OBJETIVO

CLÁUSULA PRIMERA - El presente Acuerdo tiene como objeto estimular e implementar programas de cooperación capaces de promover el desarrollo académico, técnico-científico y cultural en las áreas de interés común, dentro de sus límites y competencias y en conformidad con la legislación vigente.

§ 1º – Las partes promoverán acciones que posibiliten la transferencia de conocimientos y experiencias y/o cualquier otra actividad de interés común relacionada a la enseñanza, investigación y extensión, administración universitaria y capacitación de recursos humanos.

§ 2º – Las actividades realizadas en el logro de los objetivos del presente Acuerdo se formalizarán por correspondencia oficial entre las partes, en la que se detallarán las obligaciones asumidas y necesariamente se hará referencia a este Acuerdo.

DE LAS FUNCIONES Y RESPONSABILIDADES DE CADA PARTE

CLÁUSULA SEGUNDA - La cooperación emprendida como consecuencia del presente Acuerdo se basará en la participación conjunta de las instituciones y la reciprocidad y equivalencia de acciones, con el propósito de acelerar y asegurar la expansión cualitativa y cuantitativa en la enseñanza superior y la investigación científica y tecnológica. Las acciones podrán incluir:

- a) Intercambio de Profesores – con la presentación por escrito de credenciales, actividades propuestas y una carta de invitación;

-
- b) Intercambio de Estudiantes – con la presentación de credenciales, formularios llenados y una carta de aceptación de la institución de destino;
 - c) Intercambio de Personal Técnico-administrativo – con la presentación por escrito de credenciales, actividades propuestas y una carta de invitación;
 - d) Investigación Conjunta – basada en propuesta (s) específica(s), cualificación de los participantes, aprobación de las instituciones y en el apoyo de otras fuentes financieradoras;
 - e) Uso de Instalaciones – uso de laboratorios, equipos y acervo bibliográfico, involucrando programas establecidos en función de intereses comunes;
 - f) Otras Acciones de Cooperación – acciones que no se hayan mencionado aquí, pero que sean consideradas relevantes en el futuro por ambas instituciones involucradas.

CLÁUSULA TERCERA - Para orientar las actividades que se deriven de este Acuerdo, cada parte señalará a un coordinador responsable del Acuerdo de Cooperación, pudiendo ser designados subcoordinadores para cada actividad específica, cuando se juzgue necesario.

CLÁUSULA CUARTA - Ambas instituciones acuerdan que la intensidad y el tipo de cooperación práctica está restringida a los recursos financieros de cada institución. De este modo, la planificación programática se adoptará en función de esas restricciones.

CLÁUSULA QUINTA - Todas las presentaciones y publicaciones formales resultantes de colaboración entre las dos instituciones bajo los términos y condiciones de este Acuerdo deben hacer referencia a este instrumento.

Párrafo Único - Los resultados y metodologías, así como las innovaciones técnicas que se podrán obtener en función de la ejecución de los proyectos específicos a partir de este Acuerdo de Cooperación se formalizarán a través de cláusula específica en cada instrumento a ser redactado, llevándose en consideración los términos de las Leyes de Propiedad Industrial y Propiedad Intelectual de cada país.

DE LA APLICACIÓN

CLÁUSULA SEXTA - Cada programa/proyecto se ejecutará de acuerdo al Plan de Trabajo específico, formulado en conjunto entre las instituciones signatarias, incluyendo cronograma

detallado, previsión de recursos y demás disposiciones que manifiesten la viabilidad de la ejecución.

§ 1º – Los aludidos planes de trabajo deberán contener como mínimo, según lo dispuesto en el §1º del Artículo 116 de la Ley Federal nº 8.666/93 de la República Federativa de Brasil y la normativa correspondiente en la República del Paraguay, los siguientes elementos:

- a) La identificación del objeto a ser ejecutado;
- b) Las metas a ser alcanzadas;
- c) Las fases de ejecución de las actividades;
- d) El plan de aplicación de recursos financieros;
- e) El cronograma de desembolsos;
- f) El cronograma de ejecución.

§ 2º – Una vez finalizadas las actividades propuestas en el Plan de Trabajo, se deberá presentar un informe de retroalimentación, en el que se demuestren los resultados obtenidos y los impactos efectivamente generados.

DE LA PUBLICIDAD

CLÁUSULA SÉPTIMA - Inmediatamente tras la firma del presente instrumento, corresponderá a la UNILA proceder a la publicación del extracto del presente instrumento en el *Diário Oficial da União*, dentro del plazo establecido en el párrafo único del Artículo 61 de la Ley Federal nº 8.666/93.

DE LA VIGENCIA

CLÁUSULA OCTAVA - El presente Acuerdo Marco de Cooperación tendrá la duración de 05 (cinco) años, pudiendo ser prorrogado, siempre que haya interés de las partes, debidamente demostrado, mediante un término aditivo, con la previa anuencia de las partes, en caso de no ser cancelado por las mismas, y entrará en vigor en la fecha de su firma.

DEL FORO

CLÁUSULA NOVENA - Las partes manifiestan que el presente Acuerdo es producto de buena fe, por lo que realizarán todas las acciones posibles para su debido cumplimiento. Las

partes se comprometen a solucionar amigablemente sus diferencias a través de sus representantes institucionales y técnicos. En caso de no ser posible arribar a un acuerdo, será confiada a un cuerpo de árbitros compuesto por un miembro designado por cada una de las Universidades que suscriben este instrumento, y por un miembro elegido de mutuo acuerdo.

Y, por estar justas y acordadas, las partes firman el presente Acuerdo de Cooperación en 04 (cuatro) ejemplares de igual tenor y forma, dos en idioma portugués y dos en idioma español, para el mismo fin.

Foz do Iguaçu, en 14 de Noviembre de 2014.



Prof. Dr. Nielsen de Paula Pires
Rector *Pro Tempore* en ejercicio
Universidad Federal de Integración Latinoamericana



Prof. MS. Abel Bernal Castillo
Decano
Facultad Politécnica de la
Universidad Nacional de Asunción